



FACULDADE DE
**MIGUEL
PEREIRA**

V COLÓQUIO DE PESQUISAS JURÍDICAS E SOCIAIS

14 e 15 MAIO DE 2025

ANAIS
V COLÓQUIO DE PESQUISAS JURÍDICAS E SOCIAIS

14 e 15 maio de 2025

ANAIS
V COLÓQUIO DE PESQUISAS JURÍDICAS E SOCIAIS

Organizadores
Prof. Dr. Gabriel Silva Rezende
Prof. Dr. Jesimar da Cruz Alves
Prof. Me. Paulo Cesar Pereira
Profa. Ma. Lorena Braga Raposo

Editora da Universidade de Vassouras

Vassouras/RJ 2025

© 2025 Universidade de Vassouras / Faculdade de Miguel Pereira
Presidente da Fundação Educacional Severino Sombra (FUSVE)
Adm. Gustavo Oliveira do Amaral

Superintendente Acadêmico da Fundação Educacional Severino Sombra (FUSVE)

Prof. Dr. Marco Antonio Soares de Souza

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação Tecnológica

Prof. Dr. Carlos Eduardo Cardoso

Editora-Chefe das Revistas Online da Universidade de Vassouras

Profa. Me. Lígia Marcondes Rodrigues dos Santos

Editora Executiva Produções Técnicas da Universidade de Vassouras

Profa. Dra. Paloma Martins Mendonça

Diretor Geral da Faculdade de Miguel Pereira

Prof. Dr. Jesimar da Cruz Alves

Coordenador de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão da Faculdade de Miguel Pereira

Prof. Me. Paulo Cesar Pereira

Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira

Profa. Ma. Lorena Braga Raposo

Supervisor de Pesquisa da Faculdade de Miguel Pereira

Prof. Dr. Gabriel Silva Rezende

Diagramação e Layout

Mariana Moss

Modo de acesso: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/PT/article/view/5592>

Colóquio de Pesquisas Jurídicas e Sociais (5: 2025 : Miguel Pereira, RJ)

An131 Anais do V Colóquio de Pesquisas Jurídicas e Sociais / Organização de Gabriel Silva Rezende, Jesimar da Cruz Alves, Paulo Cesar Pereira, Lorena Braga Raposo – Miguel Pereira, RJ : Universidade de Vassouras, 2025.

1 recurso online (29 p.)

Recurso eletrônico

ISBN: 978-65-83616-22-7

1. Direito - Congressos. 2. Pesquisa jurídica. I. Rezende, Gabriel Silva. II. Alves, Jesimar da Cruz. III. Pereira, Paulo Cesar. IV. Raposo, Lorena Braga. V. Universidade de Vassouras. VI. Título.

Sistema Gerador de Ficha Catalográfica On-line – Universidade de Vassouras

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. O texto é de responsabilidade de seus autores. As informações nele contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras e da Faculdade de Miguel Pereira.

Anais**V Colóquio de Pesquisas Jurídicas e Sociais (COJURIS)****Maio de 2025****Organizadores dos Anais de Evento**

Prof. Dr. Gabriel Silva Rezende

Prof. Dr. Jesimar da Cruz Alves

Profa. Me. Paulo Cesar Pereira

Profa. Ma. Lorena Braga Raposo

Membros do Comitê Científico e da Comissão Organizadora do Evento

Prof. Dr. Jesimar da Cruz Alves

Prof. Me. Paulo Cesar Pereira

Prof. Dr. Gabriel Silva Rezende

Profa. Ma. Lorena Braga Raposo

Comissão Avaliadora dos Trabalhos

Prof. Me. Anderson Rocha

Prof. Me. Bernardo Di Biase

Prof. Me. Filipe Pinheiro

Profa. Ma. Lorena Braga

Prof. Me. Gilberto Santiago

Prof. Me. Gustavo Abranches

Prof. Me. Rodrigo Ganhadeiro

Prof. Me. Paulo Cesar Pereira

Prof. Dr. Gabriel Rezende

Profa. Ma. Maria Fernanda Ricci

Profa. Dra. Cristiane Chaché

Prof. Dr. Adiel Ricci

Profa. Esp. Jaqueline Amparo

APRESENTAÇÃO

É com elevada satisfação acadêmica que apresentamos os Anais do V Colóquio de Pesquisas Jurídicas e Sociais (COJURIS), promovido pela Faculdade Miguel Pereira. Este evento, consolidado como referência no calendário institucional, constitui-se em um momento ímpar de síntese e projeção das atividades de pesquisa desenvolvidas, em especial pelos discentes do 10º período do curso de Direito.

Ao longo desta edição, tivemos a grata oportunidade de acompanhar exposições que demonstraram o rigor, a diversidade temática e a relevância social das pesquisas em desenvolvimento. Tais apresentações não apenas evidenciaram a maturidade intelectual dos estudantes, mas também fomentaram um ambiente frutífero de intercâmbio acadêmico entre alunos, professores e pesquisadores convidados. Este espaço dialógico, caracterizado pela escuta qualificada e pela crítica construtiva, reafirma o papel do COJURIS como instância formadora e integradora de saberes jurídicos e sociais.

Os resumos que ora compõem esta publicação constituem registros materiais do empenho acadêmico de nossos estudantes, alicerçados na orientação dedicada de docentes e colaboradores que, com sensibilidade e competência, acompanharam cada etapa do processo investigativo. Estes textos sintetizam, portanto, não apenas resultados de pesquisa, mas trajetórias de aprendizagem, superação e amadurecimento intelectual.

Mais do que uma compilação de trabalhos, os anais que ora entregamos à comunidade acadêmica expressam o compromisso institucional com a promoção de uma cultura de pesquisa sólida, crítica e ética. A leitura atenta destes resumos permitirá identificar não apenas as temáticas emergentes no cenário jurídico-social contemporâneo, mas também os métodos e abordagens que vêm sendo adotados com vistas ao aprimoramento do saber científico em Direito.

Assim, que esta coletânea sirva de estímulo para novos projetos investigativos, para o aprofundamento do debate teórico-prático e para o fortalecimento do protagonismo estudantil na pesquisa científica.

A todos os participantes do V COJURIS, autores, orientadores, avaliadores e membros da comunidade acadêmica da FAMIPE, expressamos nosso mais sincero reconhecimento e agradecimento pelo empenho e dedicação que culminaram nesta significativa publicação.

Organizadores

SÚMÁRIO

A (in)visibilidade das pessoas transgênero: avanços normativos e desafios na consolidação de direitos no Brasil	8
Herança Digital: A Transmissibilidade dos Bens Virtuais	9
“Na velhice não me abandone”: O Estatuto da Pessoa Idosa e os Desafios Jurídicos no Processo do Envelhecimento Natural, Mental e Físico dos Idosos do Município de Vassouras - RJ.....	10
Direito Penal de Emergência: uma análise do caso Daniella Perez e Henry Borel à luz da influência midiática no Brasil	11
As Leis Que Disciplinavam o Seguro Obrigatório no Brasil e o Advento Do Retrocesso Social com Suas Revogações	12
Do Jogo do Bicho às Bets: uma análise sociojurídica sobre os jogos de apostas no Brasil	13
Intolerância Religiosa na Perspectiva do Direito Brasileiro.....	14
O Cidadão e a Controvérsia do Juridiquês: um Mitigador e Seus Afetados	15
A Estabilidade da Gestante no Mercado de Trabalho: direitos e garantias assegurados pela CF e CLT	16
Os benefícios de realizar inventários e partilhas extrajudiciais com menores e incapazes: uma análise sociojurídica	17
Regulamentação do Trabalho Doméstico no Brasil: uma análise dos efeitos sociojurídicos da “PEC das domésticas”	18
Justiça Penal e Vulnerabilidade Social: A Defensoria Pública como Agente de Equidade	19
Lei Seca no Brasil: aspectos legais e administrativos e uma análise da atuação do Detran/RJ no combate ao uso de álcool na direção veicular	20
Infanticídio Indígena: o conflito entre tradição ancestral e os direitos da sociedade contemporânea	21
A inclusão de pessoas com TEA no mercado de trabalho: uma análise dos aspectos jurídicos e desafios a partir da Lei Berenice Piana	22
Prescrições Bienal e Quinquenal: uma análise à (in)efetividade normativa à luz da Constituição e da CLT	23
A Gentrificação Turística: um estudo sobre o crescimento do Airbnb e a exclusão habitacional em áreas turísticas	24
A Eficácia Jurídica e Social da Lei de Cotas no Ensino Superior Brasileiro: Uma Análise a Luz do Princípio da Igualdade Material.....	25
A Filiação Socioafetiva e a Multiparentalidade: novas possibilidades de filiação na legislação brasileira	26

Duas Décadas de Bolsa Família: uma análise normativa das políticas sociais no Brasil	27
Reconstruindo o tecido social: um estudo sobre a entidade familiar brasileira e a dificuldade do devido reconhecimento de filhos afetivos	28
A descriminalização da eutanásia no Brasil: impactos sociais e desafios jurídicos	29

A (IN)VISIBILIDADE DAS PESSOAS TRANSGÊNERO: AVANÇOS NORMATIVOS E DESAFIOS NA CONSOLIDAÇÃO DE DIREITOS NO BRASIL

Beatriz Julianna Albuquerque Cezário Lima; Filipe da Silva Pinheiro

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar a invisibilidade da população transgênero como isso impacta diretamente na consolidação de direitos no Ordenamento Jurídico Brasileiro, tendo em vista que, essa população é afetada pelos impactos negativos da sociedade que contribui para exclusão, violências e marginalização. Dessa forma, é necessário entender os problemas sociais enfrentados pelas pessoas trans que acarretam na transfobia nas diversas áreas da sociedade, identificar os avanços na positivação de normas para garantia de direitos fundamentais dessa população e como a atuação do poder público é imprescindível para consolidação dos direitos no Brasil. A metodologia utilizada será uma pesquisa qualitativa de cunho descritiva, utilizando-se de artigos acadêmicos, artigos de jornais, documentos legislativos, assim como fundamentos legais, jurisprudenciais e doutrinários. Diante disso, verifica-se os problemas sociais como a invisibilidade, vulnerabilidade e discriminação dificultam a positivação de direitos para as pessoas trans, apesar dos avanços normativos nos últimos 25 anos para proteção dessa população especificamente, há desafios perante omissão do poder legislativo em garantir acesso a novos direitos e de como o poder judiciário atua perante essa omissão afim de garantir direitos fundamentais, sociais e civis baseado nos princípios da Isonomia e da Dignidade da Pessoa Humana para as pessoas transgêneros.

Palavras-chave: Transgênero; Transfobia; Direitos Fundamentais; Omissão Legislativa; Poder Judiciário.

HERANÇA DIGITAL: A TRANSMISSIBILIDADE DOS BENS VIRTUAIS

Carolina Lisboa Fernandes Miguel; Rodrigo de Freitas Ganhadeiro

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo estudar a sucessão de bens digitais, tendo em vista que o avanço da tecnologia e a digitalização da vida cotidiana têm gerado um novo tipo de patrimônio, cujos aspectos jurídicos ainda não foram suficientemente regulamentados no ordenamento brasileiro, a fim de analisar a possibilidade de transmissão dos bens digitais à luz do direito sucessório. Para tanto, é necessário conceituar e classificar os bens digitais; examinar a aplicabilidade das normas sucessórias tradicionais a esses bens; e analisar os projetos de lei que buscam regulamentar a herança digital. Realiza-se, então, uma pesquisa teórica e qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, com base em doutrina, legislação, jurisprudência e projetos de lei. Diante disso, verifica-se que os bens digitais possuem valor patrimonial e afetivo e são cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas; que o ordenamento jurídico brasileiro carece de normas específicas para tratar da sucessão digital; e que os projetos de lei em trâmite ainda são insuficientes para abranger toda a complexidade do tema, o que impõe a constatação de que é urgente a criação de uma legislação que regule de forma clara e eficaz a transmissão dos bens digitais no contexto da sucessão causa mortis.

Palavras-chave: Herança digital; Bens digitais; Sucessão.

**“NA VELHICE NÃO ME ABANDONE”: O ESTATUTO DA
PESSOA IDOSA E OS DESAFIOS JURÍDICOS NO PROCESSO DO
ENVELHECIMENTO NATURAL, MENTAL E FÍSICO DOS IDOSOS
DO MUNICÍPIO DE VASSOURAS - RJ**

Clécio Teles Furtado; Bernardo Di Biase Faro

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: Este trabalho analisa a aplicação do Estatuto da Pessoa Idosa no Município de Vassouras, Rio de Janeiro, com foco nos desafios jurídicos enfrentados pelos idosos no processo de envelhecimento natural, mental e físico. A pesquisa abrange o envelhecimento no Brasil e em Vassouras - RJ; O Estatuto da Pessoa Idosa: Direitos e Garantias; Desafios jurídicos no processo de envelhecimento e políticas públicas e ações locais em Vassouras, identificando lacunas na legislação local e propondo melhorias para assegurar os direitos e a dignidade da população idosa.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Estatuto da Pessoa Idosa; Vassouras.

DIREITO PENAL DE EMERGÊNCIA: UMA ANÁLISE DO CASO DANIELLA PEREZ E HENRY BOREL À LUZ DA INFLUÊNCIA MIDIÁTICA NO BRASIL

Eduarda Carvalho Bernardes de Souza; Anderson Rocha Rodrigues

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O Poder Legislativo, um dos três poderes do Estado, desempenha uma função fundamental para a sociedade ao criar leis que são essenciais para a convivência social, a garantia de direitos e a promoção da justiça. No entanto, devido ao grande volume de projetos de lei, o Legislativo muitas vezes se mostra lento e ineficiente, o que é percebido pela população quando há a necessidade de uma ação rápida; esse atraso gera descontentamento, pois espera-se que o Legislativo atue de forma ágil para atender às necessidades da sociedade como um todo. Em situações de crimes que mobilizam a opinião pública, quando o Poder Judiciário não consegue responder de forma satisfatória ao clamor popular por justiça, o Legislativo é pressionado a intervir, com a finalidade de atender as demandas da população. É nesse contexto que surge o conceito de Direito Penal Emergencial, que se refere à necessidade do Legislativo de criar ou modificar leis rapidamente, diante de casos específicos que geram grande repercussão, como nos casos de Daniella Perez e Henry Borel. Este trabalho científico tem como objetivo entender e explicar o conceito de Direito Penal Emergencial, analisando sua aplicação em situações reais e sua importância na resposta às exigências da sociedade.

Palavras-chave: Ineficiência do Legislativo; Casos Criminais Midiáticos; Direito Penal de Emergência.

AS LEIS QUE DISCIPLINAVAM O SEGURO OBRIGATÓRIO NO BRASIL E O ADVENTO DO RETROCESSO SOCIAL COM SUAS REVOGAÇÕES

Eliezer Neves de Oliveira Junior; Cassio José Alves Garcia

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O seguro DPVAT, instituído pela Lei nº 6.194/1974, é um mecanismo de proteção às vítimas de acidentes de trânsito, com indenizações pagas independentemente de culpa. A Lei Complementar nº 207/2024 trouxe mudanças relevantes na cobertura e na gestão do seguro. Apesar disso, persistem problemas como burocracia e falta de acesso à informação. Diante desse contexto, é importante analisar os impactos dessas alterações. A comparação entre as normas busca entender se houve avanço na garantia dos direitos das vítimas. Este trabalho realiza uma análise comparativa entre a Lei nº 6.194/1974 e a Lei Complementar nº 207/2024, avaliando as mudanças no seguro DPVAT/SPVAT e seus impactos para as vítimas de acidentes de trânsito. A pesquisa investiga se as alterações ampliaram a proteção social e facilitaram o acesso à indenização. A metodologia é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e documental. Foram consultadas legislações, artigos acadêmicos e dados oficiais. A análise busca identificar avanços e desafios do modelo atual. O estudo propõe reflexões e melhorias para garantir a efetividade do seguro. Os resultados da pesquisa indicam que a Lei Complementar nº 207/2024 trouxe avanços importantes ao ampliar as coberturas do seguro e reformular sua gestão. No entanto, a efetividade dessas mudanças ainda é limitada pela persistência de obstáculos como a burocracia e o desconhecimento da população sobre seus direitos. Verificou-se que, apesar das inovações legais, muitos cidadãos continuam enfrentando dificuldades no acesso às indenizações. A comparação entre as leis mostra evolução normativa, mas revela também a necessidade de maior investimento em divulgação, simplificação dos processos e inclusão digital. A função social do seguro ainda não é plenamente alcançada. O estudo destaca a urgência de políticas públicas que complementem a legislação.

Palavra-chave: DPVAT; SPVAT; Lei Complementar nº 207/2024.

DO JOGO DO BICHO ÀS BETS: UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA SOBRE OS JOGOS DE APOSTAS NO BRASIL

Fernando de Oliveira Gomes Júnior; Gabriel Rezende

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O presente trabalho propõe uma análise sociojurídica sobre os jogos de apostas no Brasil, desde suas origens históricas até a recente regulamentação das apostas esportivas online. Inicia-se pela contextualização dos jogos de azar como práticas culturais e sociais presentes desde o período colonial, com destaque para o jogo do bicho, criado no século XIX e consolidado como elemento da cultura popular, ainda que marginalizado pela legislação. Em seguida, examina-se a evolução legislativa brasileira, que historicamente oscilou entre permissividade e repressão, com a proibição dos cassinos em 1946 e a recente autorização das apostas esportivas de quota fixa pela Lei nº 13.756/2018 e sua regulamentação pela Lei nº 14.790/2023. A pesquisa também aborda a chegada das *bets* ao Brasil, impulsionadas pela internet e pela ausência de regulação específica até 2023, além da intensa atuação de influenciadores digitais e do patrocínio de clubes esportivos, o que contribuiu para a popularização dessas plataformas e para a normalização social das apostas online. No plano normativo, o estudo detalha o ordenamento jurídico aplicável, evidenciando a seletividade legal no tratamento das diferentes modalidades de jogos de azar e o contraste entre a permanência da criminalização do jogo do bicho e a legalização das *bets*. O trabalho ainda discute os impactos sociais, econômicos e jurídicos das apostas, destacando o crescimento da ludopatia, os riscos associados à publicidade enganosa e à exploração de públicos vulneráveis, e os desafios éticos impostos pela midiatização massiva do setor. Por fim, propõe-se a necessidade de um modelo regulatório mais equilibrado, que não apenas contemple interesses econômicos, mas que também assegure a proteção dos consumidores, a prevenção de práticas abusivas e a promoção da equidade social diante das novas dinâmicas de consumo e entretenimento digital no Brasil.

Palavra-chave: Jogos de apostas; Jogo do bicho; Bets; Legislação Brasileira; Ludopatia.

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NA PERSPECTIVA DO DIREITO BRASILEIRO

Jacqueline dos Santos Carvalho Lope; Gabriel Rezende

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O presente artigo analisa a intolerância religiosa no Brasil sob a perspectiva jurídico-constitucional, tendo como foco a efetividade das garantias previstas no ordenamento jurídico para a proteção da liberdade de crença e de culto em um Estado laico. A pesquisa parte da constatação de que, apesar da sólida previsão normativa, a intolerância religiosa persiste como prática recorrente, especialmente contra religiões de matriz africana. A partir de uma metodologia qualitativa, com base em revisão bibliográfica e legislação nacional, examinasse os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis, a atuação do Supremo Tribunal Federal e os instrumentos jurídicos existentes para o combate a essa forma de discriminação. O estudo evidencia que os direitos fundamentais não se limitam a garantias abstratas, mas impõem deveres positivos ao Estado no sentido de promover a igualdade material e proteger a diversidade religiosa. Ao final, sustenta-se que o combate à intolerância religiosa requer não apenas repressão normativa, mas também uma atuação pedagógica, institucional e política comprometida com a efetivação da laicidade e dos direitos humanos.

Palavras-chave: Intolerância religiosa; Liberdade de crença; direitos fundamentais; Estado laico; Constituição Federal.

O CIDADÃO E A CONTROVÉRSIA DO JURIDIQUÊS: UM MITIGADOR E SEUS AFETADOS

João Pedro Souza Tavares; Lorena Braga Raposo

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: Para a maior parte da população brasileira há uma dificuldade latente de se entender textos acadêmicos e constitucionais, seja por falta de conhecimento do vocabulário utilizado, ou pela falta de coerência em uma sentença escrita com uma linguagem mais formal e antiga ou pela falta de compreensão da própria palavra, que por desuso se perdeu do vocabulário popular. A controvérsia do uso exagerado do juridiquês em textos constitucionais, não é novidade no meio, havendo artigos que tratam do tema desde antes a constituição federal, demonstra que o tema ainda se encontra estagnado, sofrendo com os mesmos problemas que sofriam há anos, mitigando o acesso à justiça por parte da população em geral. O presente faz-se necessário pois há uma crescente demanda do meio judiciário, gerado em parte pela crescente desinformação passada por meios digitais, que influenciam a população em geral.

Palavras-chave: juridiquês; excesso; texto constitucional

A ESTABILIDADE DA GESTANTE NO MERCADO DE TRABALHO: DIREITOS E GARANTIAS ASSEGURADOS PELA CF E CLT

Júlia Tiago Ayres; Jaqueline Amparo

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a estabilidade da gestante no emprego, destacando sua importância na proteção à maternidade e seus impactos nas relações trabalhistas. A pesquisa se fundamenta no artigo 10, inciso II, alínea “b”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), bem como na Constituição Federal (CF), na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica e documental, analisando legislação, doutrina e decisões judiciais sobre o tema. O estudo demonstra que a estabilidade provisória da gestante se inicia com a concepção da gravidez e se estende até cinco meses após o parto, sendo vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa nesse período. Além disso, aborda-se a nulidade do pedido de demissão sem a devida homologação sindical, entendimento consolidado pelo TST para evitar fraudes ou coações que possam levar a empregada a renunciar a um direito constitucionalmente garantido. A análise dos casos demonstra a relevância da proteção trabalhista à gestante, reforçando a necessidade de aplicação rigorosa das normas para assegurar a efetividade desse direito. Conclui-se que a estabilidade da gestante representa um instrumento essencial de tutela à maternidade, devendo ser interpretada de forma ampla para garantir a proteção tanto da empregada quanto do nascituro.

Palavras-chave: Estabilidade da gestante; Direito do Trabalho; Proteção à maternidade; Dispensa indevida.

OS BENEFÍCIOS DE REALIZAR INVENTÁRIOS E PARTILHAS EXTRAJUDICIAIS COM MENORES E INCAPAZES: UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA

Larissa Pereira da Silva; Rodrigo de Freitas Ganhadeiro

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O presente estudo analisa detalhadamente a utilização do procedimento extrajudicial para a realização de inventários, com foco nas inovações trazidas pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 571/2024, que amplia a possibilidade de lavratura de inventário em cartório mesmo na presença de herdeiros incapazes, desde que observados rigorosamente os requisitos legais, como a concordância entre os interessados, a partilha igualitária dos bens e a fiscalização do Ministério Público. O trabalho destaca os benefícios econômicos e processuais da via extrajudicial em relação ao procedimento judicial tradicional, especialmente no que se refere à redução das custas processuais, à maior celeridade na tramitação, à diminuição dos custos indiretos e ao impacto positivo sobre o acesso e o exercício dos direitos hereditários pelas partes envolvidas. Por fim, conclui-se que a desburocratização e a flexibilização trazidas pela Resolução Conselho Nacional de Justiça nº 571/2024 representam avanços significativos para a modernização dos procedimentos sucessórios, mas que sua aplicação deve ser cuidadosamente avaliada conforme o contexto socioeconômico e jurídico dos herdeiros, para assegurar a efetividade, a segurança jurídica e a plena proteção dos interesses das partes envolvidas.

Palavras-chave: Inventário; Direito Sucessório; Acesso à Justiça.

REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS SOCIOJURÍDICOS DA “PEC DAS DOMÉSTICAS”

Luana Brum dos Santos; Gabriel Rezende

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar os efeitos sociojurídicos da regulamentação do trabalho doméstico, a fim de avaliar os impactos e os efeitos jurídicos das mudanças normativas decorrentes da Emenda Constitucional n.º 72/2013 e da Lei Complementar n.º 150/2015, que alterou o art. 7º da Constituição Federal, sobre a relação de trabalho dos empregados domésticos no Brasil, com especial atenção às principais alterações legislativas promovidas por tais dispositivos. Para tanto, é necessário compreender as alterações legislativas promovidas, distinguir o trabalho doméstico do urbano e examinar os efeitos práticos da nova legislação na realidade das trabalhadoras domésticas. Realiza-se, então, uma pesquisa metodologia qualitativa, de caráter descritivo e analítico, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, por meio do exame de livros, artigos científicos, legislações e documentos institucionais pertinentes. A análise será conduzida com foco na compreensão crítica do alcance das reformas legais, suas implicações nas dinâmicas contratuais do setor e a efetividade de sua implementação. Diante disso, verifica-se que apesar dos avanços formais na equiparação de direitos, a efetivação prática da legislação ainda encontra entraves significativos, como o baixo índice de formalização, a persistência da informalidade, o que impõe a constatação de que a PEC das Domésticas e a promulgação da Lei Complementar n.º 150/2015 representam um marco importante na proteção jurídica da categoria, mas sua eficácia plena exige o enfrentamento de barreiras estruturais, culturais e institucionais que limitam o acesso aos direitos e a valorização social das trabalhadoras domésticas no Brasil.

Palavras-chaves: Emenda Constitucional nº 72/2015; Trabalho doméstico; Direitos.

JUSTIÇA PENAL E VULNERABILIDADE SOCIAL: A DEFENSORIA PÚBLICA COMO AGENTE DE EQUIDADE

Maria Luiza Gomes Cordeiro; Lorena Braga Raposo

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar o papel da Defensoria Pública no sistema de justiça penal brasileiro, tendo em vista o comprometimento do acesso à justiça por parte da população vulnerável em razão da desigualdade, a fim de compreender como essa instituição atua como agente de equidade na promoção dos direitos fundamentais. Para tanto, é necessário investigar os fundamentos constitucionais e legais da Defensoria Pública, bem como analisar sua atuação prática na contenção da seletividade penal e examinar a relação entre vulnerabilidade social e rotulação no processo penal. Realiza-se, então, uma pesquisa teórica e qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, com abordagem teórico-dogmática. Diante disso, verifica-se que a Defensoria Pública se consolida como instrumento de transformação social, enfrenta obstáculos institucionais significativos e atua na superação de desigualdades históricas, o que impõe a constatação de que seu fortalecimento é essencial para um sistema penal democrático e inclusivo.

Palavras-chave: justiça penal; acesso à justiça; vulnerabilidade social.

LEI SECA NO BRASIL: ASPECTOS LEGAIS E ADMINISTRATIVOS E UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO DETRAN/RJ NO COMBATE AO USO DE ÁLCOOL NA DIREÇÃO VEICULAR

Max Igor da Costa Teixeira Félix; Cássio José Alves Garcia Galvão

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar os aspectos legais e administrativos da Lei Seca no Brasil, com foco na atuação do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (Detran/RJ). A pesquisa discute a legislação vigente, os procedimentos de fiscalização, os mecanismos de punição aplicados aos condutores infratores e os principais desafios enfrentados pelo órgão. A metodologia adotada consistiu em uma abordagem qualitativa e quantitativa com base em revisão bibliográfica e documental. Conclui-se que, embora haja avanços na legislação e na execução de operações fiscalizatórias, ainda existem entraves operacionais e culturais que comprometem a plena efetividade da Lei Seca. A integração entre órgãos, o investimento em infraestrutura e a conscientização social se apresentam como fatores fundamentais para a consolidação dessa política pública de segurança no trânsito.

Palavras-chaves: Lei Seca; Detran/RJ; Trânsito; Fiscalização; Álcool.

INFANTICÍDIO INDÍGENA: O CONFLITO ENTRE TRADIÇÃO ANCESTRAL E OS DIREITOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Monalisa Helena Souza Alves Soares de Oliveira; Maria Fernanda Caravana de Castro Moraes Ricci

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo refletir acerca do infanticídio indígena o conflito entre tradição ancestral e os direitos da sociedade contemporânea, considerando que o presente estudo é de extrema relevância, pois envolve questões complexas de direitos humanos, proteção cultural e o papel do Estado na mediação desses interesses, a fim de analisar o conflito legal entre a prática do infanticídio indígena e os direitos da sociedade contemporânea. Para tanto, é necessário investigar o contexto histórico e cultural quanto a origem e a evolução da prática do infanticídio indígena no Brasil, analisar a legislação brasileira e internacional relacionada aos direitos indígenas e à proteção da criança, identificando os desafios e as contradições na aplicação da lei em casos de infanticídio e compreender as perspectivas culturais, analisando as justificativas para a prática do infanticídio, buscando compreender os significados atribuídos à vida, à morte e à criança nas diferentes culturas indígenas. Realiza-se, então, uma pesquisa teórica, sendo a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, buscando suporte empírico em documentários. Diante disso, verifica-se que a legislação brasileira reconhece simultaneamente o direito à diversidade cultural e o direito à vida, o que impõe a constatação de que o desafio não é apenas jurídico ou político, mas ético e social, exigindo um esforço coletivo para garantir a dignidade, sobrevivência e igualdade.

Palavras-chave: Infanticídio Indígena; Cultura; Direitos Humanos.

A INCLUSÃO DE PESSOAS COM TEA NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS JURÍDICOS E DESAFIOS A PARTIR DA LEI BERENICE PIANA

Nathan de Azevedo Sarpa Santos; Cássio José Alves Garcia Galvão

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: Este artigo examina a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no mercado de trabalho, com foco nas implicações jurídicas e os desafios enfrentados na sua aplicação. A partir da Lei nº 12.764/2012, também conhecida como Lei Berenice Piana, o autismo passou a ser reconhecido oficialmente como uma deficiência, garantindo a essas pessoas os mesmos direitos de inclusão no mercado de trabalho que as demais pessoas com deficiência. A pesquisa explora a evolução legislativa, incluindo a recente Lei nº 14.992/2024, que trouxe avanços significativos como a integração do Sistema Nacional de Cadastro da Pessoa com Autismo (SisTEA) ao Sistema Nacional de Emprego (SINE) e o incentivo à promoção de iniciativas de inclusão. No entanto, apesar dessas mudanças, a efetiva aplicação da Lei de Cotas ainda enfrenta barreiras significativas tanto para as empresas quanto para as pessoas com TEA. O estudo examina os desafios jurídicos enfrentados por ambos os lados, como a falta de preparo das empresas para lidar com as especificidades do TEA, a ausência de programas de sensibilização adequados e as dificuldades de adaptação do ambiente de trabalho. Também são discutidas as soluções propostas, incluindo a criação de contratos de aprendizagem específicos para pessoas com TEA e a necessidade de ações afirmativas para promover a inclusão real dessa população no mercado de trabalho. O objetivo é apresentar uma análise crítica sobre a implementação da legislação, identificando os obstáculos atuais e sugerindo caminhos para superar as limitações na inclusão de pessoas com TEA.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista (TEA); Inclusão; Mercado de trabalho.

PREScrições BIENAL E QUINQUENAL: UMA ANÁLISE À (IN)EFETIVIDADE NORMATIVA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO E DA CLT

Rodrigo Carius Barros; Jaqueline Amparo

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: Este trabalho analisa criticamente os prazos prespcionais bienal e quinquenal no Direito do Trabalho à luz dos princípios constitucionais e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Embora fundamentadas no princípio da segurança jurídica, essas prescrições podem, na prática, prejudicar o trabalhador, especialmente em casos de longas relações de trabalho ou dificuldades de acesso à justiça. O estudo se baseia em pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, destacando os impactos negativos da rigidez desses prazos sobre a efetividade da proteção trabalhista. Propõe-se, ainda, a reflexão sobre alternativas legislativas e interpretativas que assegurem maior equidade e compatibilidade com os princípios da dignidade humana e do acesso à justiça.

Palavras-chave: Direito do Trabalho; Prescrição bienal; Prescrição quinquenal; Proteção ao trabalhador.

A GENTRIFICAÇÃO TURÍSTICA: UM ESTUDO SOBRE O CRESCIMENTO DO AIRBNB E A EXCLUSÃO HABITACIONAL EM ÁREAS TURÍSTICAS

Suelen Carlim de Oliveira; Rodrigo de Freitas Ganhadeiro

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: A influência das redes sociais trouxe um aumento pelo desejo de viajar, e isso, fez com que o turismo virasse uma prática comum e socialmente valorizada. Essa transformação social impulsionou mudanças no comportamento dos consumidores e trouxe um enorme destaque para as plataformas de aluguéis por temporada, com evidência para o Airbnb. Essa dinâmica tem gerado discussões significativas sobre o setor imobiliário em escala global. Pois dadas vantagens oferecidas pela plataforma, os proprietários têm sido estimulados a converter seus imóveis residenciais em acomodações temporárias. Embora essa nova modalidade de hospedagem tenha aquecido a economia, também tem sido apontada como catalizadora da gentrificação – processo que eleva os preços dos imóveis e expulsa moradores locais. O presente estudo busca entender como funciona o Airbnb e quais impactos sociais e jurídicos decorrentes do crescimento dessa plataforma digital. Além disso, busca analisar se a plataforma tem sido um fator determinante para a exclusão dos moradores locais. Posto isso, o estudo revelou que, embora a plataforma traga benefícios econômicos e ajude a promover o turismo, também contribui para a redução da oferta de moradias permanentes, para o aumento dos preços de aluguel e consequentemente, para o processo de gentrificação. Observou-se, ainda, que ausência de regulamentação específica favorece os conflitos em torno da temática.

Palavras-chave: Airbnb; Gentrificação; Função social da propriedade.

A EFICÁCIA JURÍDICA E SOCIAL DA LEI DE COTAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA ANÁLISE A LUZ DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE MATERIAL

Vinícius Ramos Esteves; Maria Fernanda Ricci

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a eficácia jurídica e social da Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, a partir do princípio da igualdade material previsto na Constituição Federal de 1988. A partir de uma abordagem qualitativa e descritiva, o trabalho investiga em que medida essa política pública tem promovido a democratização do acesso ao ensino superior por meio da reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, pessoas de baixa renda, negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. A pesquisa destaca a constitucionalidade da norma e os avanços decorrentes de sua implementação, mas também identifica desafios persistentes, especialmente relacionados à permanência estudantil e ao racismo estrutural. Por fim, o estudo analisa diferentes perspectivas doutrinárias sobre a legitimidade e os limites das ações afirmativas, apontando para a necessidade de políticas complementares que garantam a inclusão efetiva e a equidade no ambiente universitário.

Palavras-chave: Ações afirmativas; Igualdade material; Racismo estrutural.

A FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA E A MULTIPARENTALIDADE: NOVAS POSSIBILIDADES DE FILIAÇÃO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Vitória Maria do Vale Silva; Bernardo Di Biasi Faro

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O presente artigo tem como objetivo central analisar a filiação socioafetiva e a multiparentalidade no ordenamento jurídico brasileiro, destacando os efeitos jurídicos decorrentes dessas novas formas de organização familiar. A partir da análise do Recurso Extraordinário nº 898.060/SP, julgado pelo Supremo Tribunal Federal em 2017, observa-se a consolidação do reconhecimento jurídico da multiparentalidade no Brasil, viabilizando o registro de mais de dois genitores em certidões de nascimento com base em vínculos afetivos. A ausência de legislação específica sobre o tema impõe desafios à doutrina e à jurisprudência, exigindo um novo olhar sobre os conceitos tradicionais de filiação baseados apenas nos laços biológicos ou legais. Com o Provimento nº 63/2017 do CNJ, tornou-se possível o reconhecimento extrajudicial da filiação socioafetiva, marcando um avanço importante no campo do direito de família. Este trabalho discute, ainda, os princípios jurídicos envolvidos, como o princípio da dignidade da pessoa humana, da afetividade e do melhor interesse da criança. Também são abordados temas como a possibilidade de desconstituição do registro de nascimento e o abandono afetivo como forma de descumprimento dos deveres parentais. A pesquisa destaca, por fim, a necessidade de equilíbrio entre o afeto e a legalidade, promovendo a segurança jurídica e o reconhecimento das múltiplas realidades familiares contemporâneas, visando à proteção integral da criança e do adolescente.

Palavras-chave: Multiparentalidade; Filiação Socioafetiva; Direito de Família; Registro Civil; Afetividade; Melhor Interesse da Criança.

DUAS DÉCADAS DE BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE NORMATIVA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Daniel Santos da Silva; Gabriel Rezende

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar, sob uma perspectiva normativa, a evolução do Programa Bolsa Família (PBF) ao longo de suas duas décadas de existência, avaliando seu papel na efetivação dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988. O estudo parte de uma contextualização da desigualdade social e da pobreza no Brasil, perpassa o marco jurídico dos direitos fundamentais e chega à consolidação do PBF como política pública de transferência de renda condicionada. São abordadas as principais legislações que regulamentaram o programa, como as Leis nº 10.836/2004, nº 12.817/2013 e nº 14.601/2023, bem como sua relação com políticas anteriores, como o Bolsa Escola e o Fome Zero. A pesquisa adota uma metodologia qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, com o intuito de verificar se as reformas normativas contribuíram para o fortalecimento do programa e sua eficácia na promoção da cidadania e da inclusão social. Conclui-se que, embora o Bolsa Família tenha alcançado avanços significativos na redução da pobreza, ainda enfrenta desafios relacionados à emancipação dos beneficiários e à articulação com outras políticas públicas essenciais.

Palavras-chave: Bolsa Família; Transferência de Renda; Políticas Sociais.

RECONSTRUINDO O TECIDO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE A ENTIDADE FAMILIAR BRASILEIRA E A DIFICULDADE DO DEVIDO RECONHECIMENTO DE FILHOS AFETIVOS

Lurdes Correa Nascimento Tournour; Cássio José Alves Garcia Galvão

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: Este trabalho tem como objetivo compreender a instituição da família socioafetiva no sistema jurídico brasileiro, com foco em suas origens, dificuldades e perspectivas, no contexto da mudança de organização familiar. Começa analisando a construção histórica da família, que por muito tempo se baseou no modelo da família patriarcal do Código Civil de 1916, até a nova situação social e legislativa criada pela Constituição Federal de 1988, quando o afeto como fonte de relações familiares foi reconhecido constitucionalmente. Um exemplo disso é o reconhecimento da multiparentalidade pelo Supremo Tribunal Federal, o que destaca o avanço das relações socioafetivas relevantes em direção aos princípios da dignidade humana, da igualdade e do melhor interesse da criança. No entanto, ainda existem desafios jurídicos, a saber, a ausência de uma jurisprudência homogênea, obstáculos sociais e uma recusa do modelo familiar não convencional, especialmente o da família do mesmo sexo. Também será feita referência ao Código Nacional de Normas do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial, que permite o reconhecimento da maternidade socioafetiva em cartório, uma vez cumpridos os requisitos legais, criando um melhor acesso. Também são consideradas sugestões sobre uma emenda ao Código Civil com vistas a regulamentar explicitamente a parentalidade socioafetiva e a forma clássica de família. A pesquisa qualitativa e descritiva, baseada na teoria da prova social; o trabalho busca categorizar a lacuna entre a lei no papel e a vida vivida pela sociedade e tem o objetivo de aumentar o potencial da implementação de instrumentos normativos inclusivos e eficazes na garantia de proteção e direitos das famílias unidas pelo afeto.

Palavras-chave: Parentalidade socioafetiva; Multiparentalidade; Direito de família; Afeto; Reforma do Código.

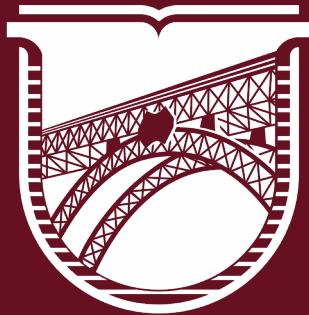
A DESCRI^MINALIZA^ÇÃO DA EUTANÁSIA NO BRASIL: IMPACTOS SOCIAIS E DESAFIOS JURÍDICOS

Roger Nascimento Tournour; Anderson Rocha Rodrigues

Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Brasil.

Resumo: Quando discutimos sobre a eutanásia no Brasil, existe um grande conflito de valores e interesses, com interesses jurídicos, religiosos e morais. Esse trabalho busca analisar a possibilidade de realizar a regulamentação da eutanásia, explorando os motivos pelos quais não é aceita a eutanásia no Brasil e propor formas de aplicar o procedimento, respeitando a dignidade da pessoa humana e a autonomia do paciente, principalmente daqueles que estão em estado terminal. Esse trabalho busca mostrar os principais desafios de introduzir a eutanásia no ordenamento brasileiro, classificado como crime com base no Código Penal. Mesmo tendo um grande apelo pela regulamentação em situações específicas, a eutanásia ainda não é legalizada, mesmo com o avanço das técnicas e tecnologias da medicina no Brasil. Os objetivos específicos trazem a classificação da eutanásia, a análise do ordenamento jurídico brasileiro e a resolução do Conselho Nacional de Medicina, comparando com outros países, identificando os principais obstáculos legais e culturais e apresentando uma proposta normativa. A metodologia adotada foi a qualitativa, com análise de bibliografias, documentos e consulta às normas nacionais e internacionais. Esse trabalho contribui para o entendimento jurídico sobre a eutanásia, defendendo que a eutanásia seja descriminalizada no território brasileiro, respeitando os valores fundamentais da Constituição.

Palavras-chave: Eutanásia; conselho nacional de medicina; despenalização; desafios jurídicos.



FACULDADE DE
MIGUEL
PEREIRA